ALTERAÇÃO DE FÉRIAS

PORTARIA Nº 320/GEPS/SETUR DE 28 DE MAIO DE 2025

CONSIDERANDO as necessidades de trabalho nesta Secretaria; e CONSI-DERANDO os termos do processo nº E-2025/2691941.

RESOLVE: ALTERAR as férias regulares, do período aquisitivo 2024/2025, publicadas no DOE 36.219 de 08/05/2025, de CLAUDIA FRANCINETE DA COSTA GUIMARAES SOUSA, mat. 5945952/2, Gerente de Inteligência de Mercado, marcadas para 05/06/2025 a 04/07/2025. O período de gozo das férias será transferido para 15/12/2025 a 13/01/2026. ORDENADORA: TIMARA DE SOUZA MIRANDA.

Protocolo: 1203906

OUTRAS MATÉRIAS

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO Nº 10/2025-SETUR

PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO - SETUR, CNPJ/MF nº 15.488.858/0001-14 e o E. R. ANDRADE VILHENA COLEGIO MAIS DOM, CNPJ/MF sob o nº 31.733.441/0001-26.

OBJETO: Cessão de 02(dois) auditórios do Centro de Convenções de Santarém para o dia 20/06/2025.

TERMO DE CESSÃO DE USO GRATUITO. DATA DA ASSINATURA: 29/05/2025.

RESPONSÁVEIS: José Eduardo Pereira Da Costa, Secretário de Estado de

Protocolo: 1203627

NOTA DE EMPENHO Nº 2025.690101NE000104

Data da Emissão: 21/02/2025

Origem: LICITAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 04/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada na capacitação e treinamento de servidores públicos viabilizando a participação no curso Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Panorama completo da Lei 14133/21, que ocorrerá no período de 25/02/2025 a 28/02/2025, na cidade de Porto Alegre/RS.

Dotação Orçamentaria: Funcional programática: 69101.23.128.1508.2245

Capacitação de Servidores Públicos. Elemento de despesa: 339039 (Pessoa Jurídica) Fonte: 01500000001 - 000000 - Recurso do Tesouro

Plano Interno: 4110002245C

Ação: 295829

Valor: R\$ 2.580,00 (Dois mil e quinhentos e oitenta reais)

Contratada: INLEGIS CONSULTORIA E TREINAMENTO EIRELI. CNPJ/MF nº

300050.141/0001-80

Ordenador: José EDUARDO PEREIRA DA COSTA, Secretário de Estado de

Protocolo: 1203693 **NOTA DE EMPENHO Nº 2025.690101NE000143**

Data da Emissão: 27/02/2024

Origem: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação para solução do problema de fornecimento sob demanda de toner e eventuais trocas de cilindros para as impressoras Brother DCP-B7520DW e Brother DCP-I 2540DW.

Dotação Orçamentaria: Funcional programática 69101.23.122.1297.8338

Operacionalização das Ações

Administrativas.

Elemento de despesa: 339030 (Material de Consumo) Fonte: 01500000001 - 000000 - Recurso do Tesouro

Plano Interno: 4110008338C

Valor: R\$ 7.135,00 (Sete mil cento e trinta e cinco reais)

Contratada: V. B. ARAUJO MONTEIRO COMERCIO - ME. CNPJ/MF nº

17.431.302/0001-17.

Ordenador: José EDUARDO PEREIRA DA COSTA, Secretário de Estado de

Protocolo: 1203695

NOTA DE EMPENHO Nº 2025.690101NE000369

Data da Emissão: 05/05/2025

Origem: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 009/2023/PCPA.

Objeto: A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA ATENDER A POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ, especificados no Termo de Referência, anexo I do Edital de Pregão nº 09/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Dotação Orçamentaria: Funcional programática 69101.23.122.1297.8338

- Operacionalização das Ações Administrativas.

Elemento de despesa: 449052 (Aquisição de Equipamento e material per-

manente)

Fonte: 01500000001 - 000000 - Recurso do Tesouro Plano Interno: 4110008338E

Ação: 292365

Valor: R\$ 8.250,00 (Oito mil e duzentos e cinquenta reais)

Contratada: BELPARA COMERCIAL LTDA. CNPJ/MF nº 05.903.157/0001-40. Ordenador: José EDUARDO PEREIRA DA COSTA, Secretário de Estado de

Turismo

Protocolo: 1203696

NOTA DE EMPENHO Nº 2025.690101NE000298

Data da Emissão: 11/04/2025

Origem: LICITAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 12/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada na capacitação e treinamento de servidores públicos, viabilizando a participação no Programa Ca-

pacitação para Ordenadores de Despesas.

Dotação Orçamentaria: Funcional programática: 69101.23.128.1508.2245

Capacitação de Servidores Públicos.

Elemento de despesa: 339039 (Pessoa Jurídica) Fonte: 01500000001 - 000000 - Recurso do Tesouro

Plano Interno: 4110002245C

Ação: 295829

Valor: R\$ 7.994,00 (Sete mil novecentos e noventa e quatro reais) Contratada: INSTITUTO BRASIL PLANEJA LTDA. CNPJ/MF

56.122.580/0001-44.

Ordenador: José EDUARDO PEREIRA DA COSTA, Secretário de Estado de

Protocolo: 1203697

DEFENSORIA PÚBLICA

PORTARIA

PORTARIA Nº 44/2025/GAB/DPG, 27 DE MAIO DE 2025*.

Dispõe sobre a criação da Coordenação de Saúde Ocupacional (CSO) da Defensoria Pública do Estado do Pará, vinculada diretamente ao Gabinete da Defensoria Pública-Geral.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, I, IV e VIII, todos da Lei Complementar nº 54, de 7 de fevereiro de 2006, e

Considerando a necessidade de instituir estrutura organizacional voltada à promoção da saúde e segurança do corpo funcional da Defensoria Pública do Estado do Pará:

Considerando a importância da observância dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da proteção à intimidade, vida privada e saúde dos trabalhadores, conforme estabelecido no art. 5º, inciso X, da Constituição Federal;

Considerando as diretrizes estabelecidas na Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, que institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Pará;

Considerando o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), no que se refere à proteção dos dados sensíveis; RESOLVE:

CAPÍTULO I

DISPOSICÕES GERAIS

Art. 1º Fica criada, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Pará, a Coordenação de Saúde Ocupacional (CSO), vinculada diretamente ao Gabinete da Defensoria Pública-Geral.

Art. 2º A Coordenação de Saúde Ocupacional (CSO) tem por finalidade coordenar, orientar e monitorar os fluxos dos procedimentos relacionados à saúde e segurança no trabalho do corpo funcional da instituição.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA

Art. 3º Compete à Coordenação de Saúde Ocupacional (CSO):

I - emitir laudo técnico das condições ambientais do trabalho;

II - monitorar indicadores de segurança do trabalho e de saúde; III – realizar vistorias técnicas;

IV - realizar exames periódicos;

V – auxiliar na avaliação da capacidade laboral;

VI - receber, processar e dar a destinação necessária aos atestados e laudos médicos do corpo funcional;

VII - encaminhar o/a membro/a ou servidor/a, quando for o caso, à perícia médica oficial.

VIII - prestar acolhimento psicológico aos membros, servidores e estagiários, em caráter breve e de escuta qualificada;

IX - realizar avaliações psicossociais e emitir pareceres técnicos, quando

X - realizar atendimentos e acompanhamentos sociais, com foco na promoção da saúde e bem-estar biopsicossocial;

XI – propor ações e estratégias de promoção à saúde mental, à qualidade de vida e à prevenção de agravos psicossociais no ambiente institucional; XII - assessorar a gestão institucional em temas relacionados à saúde

ocupacional, saúde mental e fatores psicossociais do trabalho. Art. 4º Os atestados médicos e demais documentos de saúde deverão ser tratados em conformidade com os princípios da confidencialidade, do sigilo profissional e da proteção de dados pessoais, conforme legislação vigente.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO DA COORDENAÇÃO DE SAÚDE OCUPACIONAL

Art. 5º A Coordenação de Saúde Ocupacional (CSO) será composta, minimamente, pelos seguintes profissionais:

I - 1 (uma) médica do trabalho;

II - 1 (uma) psicóloga;

III - 1 (um/a) assistente social;